

DOURO-DUERO: EM BUSCA DE CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO

Artur Cristóvão
Universidad de Trás-os-Montes e Alto Douro
Departamento de Economia, Sociologia e Gestão

Resumo

O Douro-Duero é memória, cultura e porvir. Esse porvir tem de ser construído com mais e melhor cooperação. Nesta comunicação parte-se de uma iniciativa de cooperação corporizada no Projecto INTERREG IIA Douro-Duero Século XXI, destacando-se as grandes conclusões de duas das suas Acções sobre: a valorização das microproduções agrícolas; e as dinâmicas associadas às organizações promotoras do desenvolvimento local. A escala do trabalho empírico foi limitada, pois o território do Douro-Duero é vasto. Assim, incidiu numa área relativamente precisa e mais restrita, ligada por interesses comuns, com alguma tradição de cooperação e enorme potencial para o seu crescimento: o espaço dos Parques Naturais do Douro Internacional (PNDI), em Portugal, e das Arribes del Duero (PNAD), em Espanha. No final da comunicação destaca-se um conjunto de propostas concretas visando reforçar a cooperação transfronteiriça e, desta forma, homenagear este rio que nos une.

1.- A FRONTEIRA COMO ESPAÇO DE COLABORAÇÃO

Num passado não muito longínquo, Portugal e Espanha eram países amordaçados por ditaduras, vivendo de costas voltadas um para o outro. Historicamente, contudo, são conhecidos os casos das relações sociais e económicas informais no espaço fronteiriço, como o contrabando, que envolvia agentes português e espanhóis, assim como muitas outras formas de ligação entre povos vizinhos, incluindo a realização de casamentos raianos. Fernando Sousa (1983) analisa o fenómeno do contrabando na raia seca de Trás-os-Montes, no século XIX, salientando a sua intensidade e diversidade de produtos envolvidos, agrícolas e industriais. Maria Helena Coelho (2004), referindo-se ao período mais recuado dos séculos XIV e XV, destaca a posição aparentemente contraditória ou ambivalente dos povos dos concelhos fronteiriços de Portugal: por um lado reclamam sistemas defensivos, protecção especial e privilégios económicos associados à sua posição; por outro, pugnam por liberdades que incentivem as relações de vizinhança, para que os homens possam trabalhar de um e de outro lado da fronteira, os gados aproveitarem as pastagens de ambas as margens, os mercados e mercadorias circularem de cá para lá e de lá para cá, e as pessoas unirem-se em bodas e romarias transfronteiriças.

Em tempos mais recentes a fronteira assume-se, fundamentalmente, como um espaço de separação, mas em poucos anos muito mudou e, como bem diz Rodríguez-Spiteri (2001, 24), as relações bilaterais entre os dois estados “sofreram uma aceleração histórica, a partir de um facto determinante de maior alcance: a adesão dos dois países ibéricos às comunidades europeias em 1986”. Desde então, como acrescenta, “a intensidade das relações foi incrementada até formar uma trama de carácter político, económico e cultural que une os seus cidadãos, que compreendem que são herdeiros de um legado histórico comum”.

No seu olhar sobre estes “espacios compartidos”, Cabero-Diéguez (2004 a) sublinha que “El ingreso conjunto de España y Portugal en el antiguo Mercado Común Europeo reforzó en los últimos anos los proyectos de cooperación tantas veces aplazados bajo la retórica del Pacto Ibérico y en nombre de las identidades nacionalistas, diferenciadoras y separadoras. En efecto, desde principios de los años noventa los territorios de frontera se han beneficiado de las políticas europeas, aportando alguna dosis de optimismo a la desolación y abandono acumulados durante décadas”.

Hoje, os territórios de fronteira entre Portugal e Espanha são, cada vez mais, espaços de cooperação, de encontro entre povos e de partilha de destinos. O recém editado “Directório Transfronteiriço para a Interação Social”, resultado da iniciativa da Deputação de Salamanca através do seu Organismo Autónomo de Emprego e Desenvolvimento Rural (González, 2004), sublinha este facto e destaca, na sua introdução, um conjunto de iniciativas concretas de cooperação envolvendo instituições de Castela e Leão e das regiões Norte e Centro de Portugal, as primeiras das quais datando do início da década de 90.

Nos anos mais recentes a cooperação tem sido aprofundada, fruto de múltiplos projectos e acções (Cabero-Diéguez, 2004 a e b; Rodríguez-Spiteri, 2001). Neste percurso de cooperação, é de salientar o papel da Fundação Rei Afonso Henriques, instituição transnacional sediada em Zamora e orientada para a cooperação e o desenvolvimento económico e cultural entre Portugal e Espanha, a partir das regiões fronteiriças do Norte de Portugal e Castela e Leão (Braga da Cruz, 2001:14).

O Projecto INTERREG IIIA Douro-Duero Século XXI, que uniu as Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e de Salamanca (USAL), está entre os mais recentes projectos de cooperação (Rosa, 2005). Este projecto partiu da constatação de que a região em causa possui um vasto património - artístico, cultural, biológico (plantas e animais), geológico, humano e empresarial -, e assumiu a importância, por um lado, de promover acções visando a sua valorização e dinamização integradas e, por outro, de evitar a erosão dos recursos promovendo a sua utilização de forma sustentada (ver Caixa 1).

Caixa 1

Grupos Temáticos e Acções do Projecto INTERREG IIIA Douro-Duero Século XXI

Valorização dos Produtos Regionais

Acção 1.1 - Microproduções Rurais e Desenvolvimento Local

Acção 1.2 - Formas Complementares de Valorização dos Produtos Animais

Acção 1.3 - Valorização das Cultivares Tradicionais, da Flora e Vegetação

Recursos Naturais, Ambiente e Qualidade de Vida

Acção 2.1 - Benefícios Recreativos, Culturais e Ambientais da Região

Acção 2.2 - Património Geológico Transfronteiriço

Acção 2.3 - Efeito dos Fogos Florestais na Qualidade do Ar e Restauração de Ecossistemas Florestais

Acção 2.4 - Viabilidade Técnica, Económica e Ambiental de um Sistema de Gestão Conjunta de Resíduos

Acção 2.5 - Estudo de Percursos Pedestres na Região do Douro Património Mundial

Promoção do Conhecimento e Valorização Cultural

Acção 3.1 - Rostos da Região

Acção 3.2 - Roteiro Transfronteiriço de Arte Rupestre

Acção 3.3 - "Por este rio acima" - Arte e Cultura Duriense

Acção 3.4 - Fórum Ibérico "O Teatro na Educação"

Acção 3.5 - Valoração do Património Cultural do Douro: Uma perspectiva Económica

Economia Rural

Acção 4.1 - Estratégia de Integração e Desenvolvimento do Turismo Rural

Acção 4.2 - Dinâmicas Organizacionais e Desenvolvimento Local Rural

Acção 4.3 - Integração do Mercado Ibérico, Estratégias Empresariais Transfronteiriças e Desenvolvimento

Este trabalho parte deste Projecto, destacando as grandes conclusões de duas das suas Acções, relacionadas com duas temáticas que consideramos de grande importância: a valorização das microproduções agrícolas do espaço Duriense; e as dinâmicas associadas às organizações promotoras do desenvolvimento local no mesmo território (Tibério *et al.*, 2005; Cristóvão *et al.*, 2005).

A escala do trabalho empírico foi limitada, pois o território do Douro-Duero é vasto. Assim, procurámos que incidisse numa área relativamente precisa e mais restrita, ligada por interesses comuns, com alguma tradição de cooperação e enorme potencial para o seu crescimento. O espaço dos Parques Naturais do Douro Internacional (PNDI), em Portugal, e das Arribes del Duero (PNAD), em Espanha, uma área contínua e relativamente homogénea com pouco mais de 190.000 ha, preenchia estas condições e foi o alvo central, se bem que não exclusivo, de toda a acção.

Desta forma, abarcou-se um território que, grosso modo, corresponde aos concelhos portugueses de Miranda do Douro, Mogadouro, Figueira de Castelo Rodrigo e Freixo de Espada à Cinta, e às comarcas espanholas de La Ramajería, El Abadengo, Tierra de Vitigudino e La Ribera, esta última hoje designada por Arribes del Duero.

Trata-se, de uma forma geral, de um espaço marcadamente rural, com baixa densidade populacional, baixa natalidade, taxas negativas de crescimento populacional natural, fortes decréscimos de população e elevados índices de envelhecimento. Além do mais, no lado português, registam-se elevadas taxas de analfabetismo, abaixo dos valores regionais e nacionais, e escassa frequência do ensino superior. No domínio económico, as semelhanças são grandes. No lado português, o sector terciário ocupa o primeiro lugar em todos os concelhos, mas o primário é ainda muito importante, dominando uma agricultura extensiva de sequeiro, baseada em pequenas e médias explorações familiares. É de salientar que, no conjunto dos quatro concelhos do PNDI, o poder de compra ronda a metade do do país.

O “Directório Transfronteiriço para a Interação Social” é claro a este propósito, ao caracterizar o território pela “existência de obstáculos naturais, deterioração demográfica e desarticulação dos recursos humanos, ausência de actividades económicas diversificadas e complementares, baixos níveis de equipamentos e serviços a uma escala comarcal, falta de infra-estruturas básicas”. Por outro lado, cita um conjunto de pontos fortes e oportunidades que não devem ser subestimadas: “diversas e contrastadas unidades paisagísticas, produção de electricidade, alimentos de qualidade, rico património cultural e histórico-artístico, identidade cultural, etc.” (González, 2004: 8-9).

É, no fundo, um território unido pelo rio e irmanado por um conjunto de desafios comuns quanto ao seu desenvolvimento, no presente e futuro.

2.- MICROPRODUÇÕES AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO

Os produtos agrícolas e agro-alimentares tradicionais, outrora negligenciados por investigadores, técnicos e decisores políticos, estão hoje no centro das atenções e são apontados como um instrumento fundamental das estratégias de desenvolvimento de áreas rurais desfavorecidas. Os responsáveis pelo ordenamento do território e desenvolvimento rural atribuem-lhe uma importância real no desenvolvimento local e na luta contra o despovoamento dos campos, enquanto os responsáveis pelo ambiente e turismo prestam cada vez mais atenção ao seu carácter instrumental na estruturação e manutenção das paisagens (Bérard e Marchenay, 1996: 33).

Como vimos, o espaço geográfico analisado caracteriza-se por um acentuado declínio demográfico e uma fraca densidade populacional, apresentando as aldeias elevados índices de envelhecimento. A agricultura local evidencia uma forte regressão. Contudo, existem diversas produções de qualidade, em escala normalmente reduzida mas com potencialidades de

contribuir para uma maior diversificação e revitalização da economia local e para uma subsequente fixação de população. De forma geral, as fileiras destas produções não estão organizadas e o acesso ao mercado é muito incipiente. O aumento do número de turistas e visitantes constitui um potencial de procura muito importante, na maior parte dos casos ainda por explorar.

A valorização das microproduções passa pelo entendimento do actual contexto do desenvolvimento agrícola e rural, nomeadamente tendo em conta: (1) as novas abordagens territoriais e participativas de revitalização das áreas rurais; (2) as preocupações com a valorização dos recursos endógenos e do saber-fazer local; (3) a importância da qualidade e da segurança alimentar e a (re)descoberta dos produtos tradicionais de qualidade; (4) a dinamização de importantes projectos locais/regionais, como a navegabilidade do Douro, o “Douro Vinhateiro Património da Humanidade”, os Parques Naturais, o Parque Arqueológico do Côa e as Rotas do Vinho; (5) a enorme riqueza histórica e patrimonial de cidades como Miranda do Douro, Zamora e Salamanca; e (6) o aproveitamento regional e local de programas comunitários e de instrumentos financeiros regionais e nacionais.

Apesar do decréscimo verificado, a diversidade de culturas agrícolas temporárias no Douro-Duero é ainda uma realidade. No entanto, culturas tradicionais anuais, como o trigo, centeio, feijão-frade, grão-de-bico, batata e outras têm sido substituídas por pastagens temporárias ou permanentes, por incultos e matos, provocando alterações significativas na paisagem. As culturas permanentes parecem resistir melhor ao abandono do que as culturas temporárias, por razões óbvias. No entanto, a tendência geral é também de declínio, quer no número de explorações, quer na área, e apenas o olival regista evolução positiva.

No caso do PNDI, os principais produtos estão classificados como Denominação de Origem Protegida (DOP) ou Indicação Geográfica Protegida (IGP), nomeadamente a amêndoa, a azeitona de mesa, o figo, a laranja, as carnes de bovino, ovino e caprino, o mel e os queijos de ovelha e cabra. No entanto, a generalidade das culturas anuais não tem sido alvo de qualquer processo de valorização. No lado do Duero, merecem destaque as produções frutícolas, nomeadamente as amendoeiras, oliveiras, citrinos, figueiras, pereiras e cerejeiras das arribas, assim como a incontornável cultura da vinha, bases dos vinhos de qualidade das “Arribes” e da “Tierra de Vino de Zamora” (Cabero-Diéguez e Roderó, 2005).

Os principais factores condicionadores da definição e implementação de uma estratégia de valorização das microproduções neste espaço do Douro-Duero têm a ver com limitações de variada ordem, que agrupamos em três dimensões: (1) limitações associadas ao território (espaço geográfico envelhecido e desvitalizado, condições agroecológicas desfavoráveis, actividade agrícola em recessão, dificuldades de acesso ao mercado); (2) limitações produtivas e organizativas (pequena escala produtiva, condições de produção pouco dignificantes, organizações sectoriais inexistentes ou pouco dinâmicas); e (3) limitações comerciais (fraca orientação comercial, grande diversidade de microprodutos com pouca visibilidade, fluxos turísticos ainda incipientes, globalização das estruturas e das práticas comerciais, urbanização dos modos de vida e das práticas alimentares, evolução da legislação alimentar).

Tendo presente este conjunto de limitações, propomos quatro grandes linhas estratégicas para a valorização das microproduções agrícolas no Douro-Duero:

- ✍ Forte compromisso institucional, nomeadamente: (1) a constituição de uma “Mesa Redonda Transfronteiriça Permanente”, que integre instituições públicas e privadas de ambos os lados da fronteira e se preocupe com o rumo de desenvolvimento dos territórios fronteiriços e integrados nos Parques Naturais; (2) a criação de “Grupos de Trabalho Transfronteiriços”, por produto ou conjunto de produtos, com o objectivo de fomentar sinergias entre sectores e instituições e potenciar a promoção de “cabazes” específicos e iniciativas transfronteiriças;
- ✍ Mudança de atitude de produtores e agentes agrícolas locais, em particular a mudança de discurso e práticas por parte dos técnicos agrícolas locais, de forma a promover a consciencialização para a valorização das microproduções, no sentido de revitalizar a agricultura local, preservar a diversidade genética e a paisagem tradicional e responder às novas procuras turísticas;
- ✍ Maior dinâmica de comercialização e marketing, nomeadamente pela(o): (1) criação de estruturas empresariais de transformação e comercialização; (2) promoção de eventos e estruturas de venda directa, como “Feiras Transfronteiriças de Produtos Locais”; (3) melhoria da qualidade comercial em função dos diferentes tipos de clientes e níveis de consumo; (4) aproveitamento das qualificações DOP/IGP existentes; (5) promoção do modo de produção biológico e da protecção integrada; (6) criação de marca colectiva associada ao território; (7) envolvimento de jovens agricultores; e (8) sensibilização das associações e cooperativas, agentes de distribuição e restauração e população em geral para a importância dos produtos tradicionais locais;
- ✍ Dinamização da investigação e formação profissional, em especial no sector da transformação dos produtos e da gestão, realizada em parceria por instituições do Douro e Duero.

3.- DINÂMICAS ORGANIZACIONAIS E DESENVOLVIMENTO

O território do Douro-Duero, apesar do seu carácter marcadamente rural, da forte interioridade, da baixa densidade populacional e da elevada iliteracia, é um espaço vivo em termos organizacionais. Nos quatro concelhos do PNDI foram identificadas 265 organizações locais, sobretudo cooperativas e associações (Cristóvão *et al.*, 2005: 57). No lado espanhol, só na raia Zamorana, este número é de 287, mas existe um conjunto suplementar de 110 organizações comarcais, provinciais e regionais (Cabero-Diégues e Prieto, 2005: 96).

O trabalho realizado no quadro deste Projecto INTERREG, com todas as suas limitações, permitiu verificar que, para além de relativamente numerosas, as organizações ligadas ao desenvolvimento têm histórias muito diferentes, intervêm em domínios muito diversificados e em escalas espaciais variáveis. Todas se juntam na preocupação, claramente comum, de defender o seu território, lutando contra a maré de problemas e procurando valorizar recursos, concretizar potencialidades, tirar partido das oportunidades que aqui e ali emergem e conquistar competitividade. Agem, no fundo, com a esperança de inverter as tendências de declínio para que a generalidade dos diagnósticos apontam.

Se é claro que muitas destas organizações buscam concretizar alternativas de desenvolvimento e que a sua base é o território, corresponda este à freguesia, ao concelho ou um espaço local mais alargado, já é questionável se intervêm numa lógica de “território-projecto”, de acordo como o conceito de Melo (2003). Na verdade, muitas agem em relativo

isolamento, com intervenções predominantemente pontuais, não sendo visível a construção partilhada de um caminho para o futuro do território. As Associações LEADER, resultando de parcerias mais alargadas e trabalhando com base num Plano de Acção e numa equipa técnica, aproximam-se desta visão, mas com consideráveis limitações, dada a natureza do próprio programa.

Falando de programas, a análise permite dizer que a maioria das organizações, nos seus planos e práticas diárias, têm a marca das políticas e iniciativas locais, regionais, nacionais e comunitárias. A cooperação com as administrações locais ou regionais está bem presente, assim como a importância das iniciativas comunitárias LEADER e INTERREG. No caso português, é usual o envolvimento em programas geridos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas ou pelo Ministério do Ambiente, em especial através do Instituto de Conservação da Natureza. No caso de Espanha, acresce a importância do PRODER. Estes programas, se permitem avanços na realização de acções, geram também problemas, como o acrescido peso das actividades burocrático-administrativas, o endividamento (nos casos, frequentes, de atrasos de pagamento) e a muito comum dependência das políticas e financiamentos públicos.

Os obstáculos ao trabalho de desenvolvimento local abundam e são diversificados, com esperávamos. As organizações, para além de um contexto de trabalho difícil, marcado pela espiral de declínio e desvitalização socio-económica e cultural, têm também de enfrentar uma administração frequentemente pouco sensível e raramente bem preparada para agir de forma concertada e numa lógica territorial. A população está envelhecida, os jovens fogem da agricultura, os empreendedores não abundam, as parcerias são difíceis de concretizar, o Estado está longe, é lento e burocrático, os pagamentos tardam, e as organizações vão gerindo as suas actividades em ciclos de avanço e recuo, lutando ainda contra a falta de recursos financeiros e a instabilidade das suas equipas técnicas.

Na essência, confirma-se no Douro-Duero o quadro traçado por Moreno (2003) no Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local publicado pela ANIMAR. Ou seja, os principais problemas e dificuldades das organizações de desenvolvimento local têm a ver com uma forte dependência em matéria de financiamento, a qual é geradora de um quadro de incerteza e insegurança e põe em causa a possibilidade de intervir com sentido estratégico, com regularidade e sustentabilidade.

A participação dos cidadãos e das comunidades, se bem que destacada no discurso dos actores inquiridos, é considerada difícil de concretizar. À escala das organizações, parece não ser tarefa fácil mobilizar gente para os corpos sociais e os mesmos elementos tendem a permanecer no poder. A apresentação de projectos alternativos em eleições é rara, havendo mais vulgarmente o “refrescamento” dos corpos sociais com a inclusão de um ou outro elemento novo ou a rotação de lugares entre o mesmo grupo de pessoas. Segundo quase todos, é cada vez mais difícil encontrar pessoas disponíveis e que desejem assumir compromissos e funções de liderança.

Esta dificuldade, se bem que natural num espaço em desertificação demográfica, poderá também derivar do facto das organizações girarem em torno de núcleos com mais poder e apetência para intervir na comunidade. O desafio, neste sentido, está em assumir uma perspectiva de redistribuição de poder, visando, com intencionalidade, envolver os que habitualmente não se envolvem e tendem a ficar à margem. Com antes referido, virar as costas a esta possibilidade contribuirá para uma crescente concentração de poder, o fechamento das

organizações e a exclusão definitiva dos grupos não-envolvidos ou menos participativos. Desta forma, em vez de inclusão, teremos mais exclusão.

Quanto à participação dos associados, normalmente limitada, menor nas Assembleias do que em outras iniciativas, o desafio é quebrar a lógica de passividade e acomodação, que frequentemente domina, assumindo que as actividades de mobilização e animação são essenciais. São, no fundo, a forma possível para criar espaços de encontro, de comunicação, de partilha e de aprendizagem colectiva. São, mais ainda, uma maneira de criar o espírito necessário de identidade e de pertença, que parece constituir um problema para muitas organizações.

A comunidade é a razão de ser das organizações e a sua participação defendida como essencial. Umas referem ser difícil envolver a comunidade, outras apresentam histórias de relativo sucesso. De uma forma geral, contudo, parece dominar uma participação reactiva e não-espontânea. As histórias de ditadura dos países ainda se manifestam, e a juventude da democracia e incipência da sociedade civil são visíveis. Neste campo, a margem para a aprendizagem e crescimento das organizações é enorme, sendo vital criar ou revitalizar espaços de comunicação com os cidadãos e as comunidades, desde os encontros ou seminários, aos círculos de estudo, processos de diagnóstico participativo, uso de jornais e rádios locais, entre outros.

Em locais com escassa ocupação demográfica e com problemas de desenvolvimento, e em situações em que, ainda assim, abundam as organizações locais, o caminho da cooperação inter-institucional é irrecusável. Acordos, redes, parcerias e outras maneiras de trabalhar em conjunto, mais ou menos formais, são uma via para dar mais solidez à malha institucional, ganhar poder e aprofundar a intervenção, caminhando para a perspectiva antes referida de “território-projecto”. No conjunto do território existe ampla margem para “tecer a rede”, aumentando a sua densidade relacional e o poder negocial.

É também necessário, ao falar de trabalho em rede e parceria, vincar bem a importância da cooperação transfronteiriça. A Iniciativa Comunitária INTERREG tem espalhado sementes de cooperação, e muitas organizações se têm envolvido em projectos, em áreas muito diversas relacionadas com o desenvolvimento local e regional. Merece também destaque o contributo da Iniciativa LEADER. No geral, são as organizações mais fortes, com intervenção mais abrangente, com mais recursos e capacidades técnicas, com melhores ligações institucionais, que aderem a estas iniciativas. As mais pequenas e de carácter mais sectorial, tendem a ficar de fora.

A imagem que fica, em matéria de cooperação transfronteiriça, é que o trabalho é ainda muito incipiente, assente em projectos que carecem de continuidade e amadurecimento. Se existem organizações com “rodagem” na cooperação Douro-Duero, existem muitas outras que não têm qualquer tipo de experiência. Mas é imprescindível que as malhas institucionais do Douro e do Duero se cruzem e densifiquem, em especial nesta área contínua que constitui os Parques Naturais do Douro Internacional e das Arribes del Duero, em que as problemáticas de desenvolvimento são similares e os caminhos a trilhar parecem ser comuns.

Os resultados das intervenções estão disseminados no território e abarcam domínios vários. Verificam-se avanços nos processos de territorialização, ganhos de competências e de auto-estima, acréscimos de poder e de capacidade de atracção de recursos, maior consciencialização sobre os recursos endógenos e as possibilidades de os valorizar. Os actores

inquiridos estão conscientes de que o seu trabalho produziu mudanças, porém, questionam a sustentabilidade das mesmas, tendo em conta a natureza do contexto e as próprias limitações à autonomia técnico-financeira das organizações e, logo, à continuidade da sua acção.

A sustentabilidade das organizações, neste território como em muitos outros, é motivo de preocupação. Na verdade, estas dependem, em larga medida, dos apoios concedidos pelos Estados e pela União Europeia. Apesar de realizarem serviços de interesse público, muitos deles claramente imprescindíveis, apoiando os cidadãos e as comunidades locais, não vêm cabalmente reconhecido o seu esforço. Tal situação remete-nos para a questão do relacionamento das organizações de desenvolvimento local com o Estado, e para a importância da criação de instrumentos que a balizem e permitam fazer progressos no trabalho em parceria, na acção contratualizada, na desburocratização e, necessariamente, nos domínios fiscal e do financiamento (Cristóvão *et al.*, 2004).

Os problemas e fragilidades, como se vê, são múltiplos. Os caminhos a explorar dependem muito, naturalmente, dos contextos de cada país e de cada território específico, mas o cruzamento de experiências e a lógica da cooperação impõem-se. As vias possíveis prendem-se, fundamentalmente, com:

- ✍ A defesa da sustentabilidade das organizações, que passa: (1) pela capacitação organizacional; (2) pela promoção da cultura democrática e da participação dos cidadãos; (3) pelo aumento da visibilidade das intervenções, às escalas local, regional, transfronteiriça e nacional; (4) pela construção continuada de redes e parcerias entre organizações, nas esferas local, regional, transfronteiriça, nacional e internacional;
- ✍ A promoção de um novo tipo de intervenção, no Estado tal como nas múltiplas organizações de desenvolvimento local, centrada nos actores e promotora da “energia social” da comunidade, em ruptura com a intervenção normal ou estandardizada, dirigista ou “de cima para baixo”, com carácter tecnicista, reducionista, elitista e disciplinar;
- ✍ A construção de um território Duriense inteligente, com capacidade para aprender e gerar processos dinâmicos de aprendizagem social ou colectiva, nomeadamente através: (1) da troca activa de informação; (2) da formação contínua dos recursos humanos; (3) da partilha de experiências numa base aberta, flexível, dinâmica; (4) de trocas permanentes; (5) da criação de interfaces (redes, parcerias, mediadores) entre os múltiplos actores, envolvendo as universidades e outros centros de dinamização do conhecimento; (6) da criação de estímulos para o desenvolvimento do potencial criativo e de inovação; no fundo, (7) da mobilização do capital social dos territórios do Douro-Duero; e, logicamente
- ✍ A dinamização de espaços de encontro entre organizações, iniciativas e projectos de desenvolvimento, como, por exemplo: (1) a já antes proposta “Mesa Redonda Transfronteiriça Permanente”, plataforma de organizações comprometidas com a valorização dos recursos locais e a revitalização socio-económica do território; e (2) a “Feira Transfronteiriça do Desenvolvimento Local”, evento bienal realizado alternadamente no Douro e no Duero, que promova o intercâmbio de ideias e experiências, celebre diferentes formas de cultura, dê visibilidade ao conjunto de projectos em curso ou já executados e promova o debate sobre a construção do futuro, na linha da “MANifesta – Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local”,

acontecimento nacional que se tem realizado em Portugal desde 1994 (ANIMAR, 1994).

4.- CONCLUSÕES

Este Congresso foi entendido como uma ocasião de encontro e de homenagem ao Douro-Duero e aos seus rios. Na sua apresentação colocaram-se interrogações sobre o modelo de território para que caminhamos, e qualquer modelo de território é indissociável das visões, políticas e intervenções de desenvolvimento.

Nesta comunicação procurou-se destacar três ideias principais: (1) as áreas de fronteira têm de ser, cada vez mais, espaços de cooperação, assumindo-se claramente que o Douro-Duero é um elemento central na construção da nossa identidade e coesão territorial; (2) o Douro-Duero é o lugar de produções agrícolas diversas, umas com ampla expressão mercantil, outras em franco declínio e algumas com forte potencial de valorização, sobretudo pelas suas qualidades e crescente procura por consumidores mais exigentes; e (3) o Douro-Duero da fronteira, apesar do seu carácter marcadamente rural, da forte interioridade, da baixa densidade populacional e da elevada iliteracia, é um território vivo em termos organizacionais: um número considerável de organizações locais junta-se no propósito comum de defender o seu território, lutando contra a maré de problemas e procurando valorizar recursos, concretizar potencialidades, tirar partido das oportunidades e conquistar competitividade.

Estas três ideias estão fortemente interligadas e prendem-se com o desafio central da busca de caminhos para o desenvolvimento transfronteiriço. Este caminho exige que acarinhe as plataformas de cooperação já existentes, como, no domínio da cultura, formação e investigação, a Fundação Rei Afonso Henriques, e que sejam promovidas outras formas e dinâmicas de trabalho conjunto e permanente. Nesse sentido, aqui deixámos um leque de propostas concretas, com destaque para:

- ✍ A constituição de uma “Mesa Redonda Transfronteiriça Permanente”, que funcione como plataforma de organizações comprometidas com a valorização dos recursos locais e a revitalização socio-económica do território;
- ✍ A criação de “Grupos de Trabalho Transfronteiriços”, por produto ou conjunto de produtos agrícolas, com o objectivo de fomentar sinergias entre sectores e instituições e potenciar a promoção de “cabazes” específicos e iniciativas transfronteiriças;
- ✍ A dinamização de “Feiras Transfronteiriças de Produtos Locais”, já realizadas nalguns concelhos das Arribas do Douro-Duero;
- ✍ A promoção da “Feira Transfronteiriça do Desenvolvimento Local”, evento bienal realizado alternadamente no Douro e no Duero, que promova intercâmbios, celebre diferentes formas de cultura, dê visibilidade ao conjunto de projectos em curso ou já executados e estimule a reflexão sobre o futuro.

Estas serão, seguramente, formas de homenagear e de dar vida ao Douro-Duero que nos une, aos seus rios e ao seu vasto território.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Animar (1994): “Testemunho MANifesta, Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local”. Animar. Messejana.
- Bérard, Lawrence e Marchenay, Philippe (1996): “La construcción Social de los Productos de la Tierra”, *Agricultura y Sociedad*, nº 80-81, pp. 31-56.
- Braga da Cruz, L. (2001): “Una Apuesta de Futuro”. In Fundação Rei Afonso Henriques, *Espanha-Portugal Horizonte 2010*, pp. 13-22. FRAH. Zamora.
- Cabero-Diéguez, V. (2004a): “La Raya con Portugal: Un Ámbito Geográfico y Económico para la Cooperación”. *Boletín Económico de Castilla Y León*, Numero 0, pp. 84-88.
- Cabero-Diéguez, V. (2004b): “Miradas Cruzadas, Memoria del Paisaje y Espacios Compartidos”. In Jacinto, R. e V. Bento (Coord.) , *Fronteira, Emigração e Memória*, pp. 20-23. Centro de Estudos Ibéricos. Guarda.
- Cabero-Diéguez, V. e P. H. Prieto (2005): “Dinámicas Organizativas y Desarrollo Local en el Duero”. In Cristóvão, A., V. Cabero-Diéguez e A. Baptista (Coord.), “Dinâmicas Organizacionais e Desenvolvimento Local no Douro-Duero”, pp. 91-142. UTAD. Vila Real.
- Cabero-Diéguez, V. e V. Rodero (2005): “Microproduções Locales y Desarrollo en el Duero”. In Cristóvão, A., M. L. Tibério e V. Cabero-Diéguez (Coord.), *Microproduções Agrícolas e Desenvolvimento Local no Douro-Duero*, pp. 111-154. UTAD. Vila Real.
- Coelho, M. H. C. (2004): “Fronteiras, Rios e Paisagens que nos Unem”. In Jacinto, R. e V. Bento (Coord.) , *Fronteira, Emigração e Memória*, pp. 8-13. Centro de Estudos Ibéricos. Guarda.
- Cristóvão, A., Melo, A., Moreno, L., Monteiro, A. E J. Brás (2004): “Relacionamento Estado-OCS/OIDL, Bases para o Debate sobre uma Carta de Relacionamento. Documento de Trabalho apresentado no Encontro Nacional de ODL – Os Novos Desafios do Desenvolvimento Local”. ANIMAR. Santarém.
- Cristóvão, A., R. Miranda e A. Baptista (2005): “Dinâmicas Organizacionais no Douro-Duero”. In Cristóvão, A., V. Cabero-Diéguez e A. Baptista (Coord.), “Dinâmicas Organizacionais e Desenvolvimento Local no Douro-Duero”, pp. 55-90. UTAD. Vila Real.
- Cristóvão, A., R. Miranda, A. Baptista, S. Abreu e M. L. Tibério (2005): “Dinâmicas Organizacionais e Desenvolvimento Local no Douro-Duero”. In Rosa, E. (Coord.) (2005). *INTERREG IIIA – Douro/Duero Século XXI*, pp. 159-168. UTAD. Vila Real.
- González, C. A. C. (Coord.) (2004): “Directório Transfronteiriço para a Inter-Ação Social”. Organismo Autónomo de Empleo y Desarrollo Rural, Deputación de Salamanca. Salamanca.
- Melo, A. (2003). “As Organizações da Economia Social e Solidária na Construção de uma Democracia Participativa e de um Desenvolvimento Sustentável. Texto de Conferência da ULHT”. ULHT. Lisboa.
- Moreno, L. (Coord.) (2003): “Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local”. ANIMAR. Lisboa.
- Rodríguez-Spiteri, J. (2001): “Espanha e Portugal: Balance de una Amistad”. In Fundação Rei Afonso Henriques, *Espanha-Portugal Horizonte 2010*, pp. 33-27. FRAH. Zamora.
- Rosa, E. (Coord.) (2005): “INTERREG IIIA – Douro/Duero Século XXI”. UTAD. Vila Real.
- Sousa, F. (1983): “População e Economia do Distrito de Vila Real em Meados do Século XIX”. *Estudos Transmontanos*, Nº1.
- Tibério, M. L., S. Abreu, A. Cristóvão e A. Baptista (2005): “Microproduções Agrícolas e Desenvolvimento Local no Douro-Duero”. In Rosa, E. (Coord.) (2005). *INTERREG IIIA – Douro/Duero Século XXI*, pp. 11-20. UTAD. Vila Real.